



ST 08- ESTADO E DEMOCRACIA: REPRESENTAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA

As cores do semi-árido potiguar: articulações entre estado e sociedade na elaboração e implementação do programa estadual de sementes crioulas

Joana Tereza Vaz de Moura- UFRN
Antonia Geane Costa Bezerra- Universidade de Córdoba
Tayse Cristina Santos- UFRN
Amanda Moura- UFRN
Louyse Rodrigues- UFRN

Resumo:

Este artigo tem como objetivo principal compreender o processo de elaboração e implementação do Programa Estadual de Sementes Crioulas no Rio Grande do Norte a partir da atuação dos movimentos sociais. Abordamos o modelo de análise proposto por Abers, Silva E Tatagiba (2018) para entender a agência dos movimentos sociais nas políticas públicas, especialmente utilizamos o conceito de estrutura relacional, que envolve a discussão sobre o regime político e o subsistema da política pública em tela. Analisamos os dados disponíveis nos sites da Secretaria Estadual de Agricultura Familiar (SEDRAF), da Emater RN e da Articulação do Semiárido Potiguar (ASA), além de entrevistas com os gestores da Sedraf, Emater e com representantes dos movimentos sociais, de cooperativas e associações atuantes nos territórios potiguares. Como resultados, constatamos que a elaboração do Programa no estado foi possível mediante a oportunidade política garantida pela entrada da nova gestão estadual, em 2019, mas que contou fundamentalmente com a presença ativa dos movimentos sociais no processo de construção da política. Dessa relação entre atores da sociedade civil e do Estado, conferiu-se aos movimentos sociais agência na dinâmica de implementação da política pública, mas que conta ainda com alguns desafios como: a necessidade de mobilização de agricultores familiares que produzem e/ou tenham interesse nas sementes crioulas; a relação mais próxima com as entidades de ATER; a aderência dos editais lançados pela Sedraf à realidade dos agricultores; e o problema com a transgenia, especificamente no caso do milho.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Políticas públicas. Oportunidades políticas. Sementes crioulas. Estrutura relacional.

INTRODUÇÃO

Em uma reunião realizada pelo mandato da Deputada Isolda Dantas (PT-RN), em 17 de abril de 2021, com representantes da agricultura familiar do Rio Grande do Norte¹, Alessandro Silveira, membro do Núcleo da Coordenação da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, comentou:

Eu não sei se a gente tem ideia da dimensão que tem, mas um Programa de Sementes Crioulas tem um significado muito grande para a gente. Ele rompe com um paradigma histórico [de desenvolvimento]. O que o Nordeste está fazendo, o que o Rio Grande do Norte está fazendo em particular, é um passo muito importante de afirmação de que a produção de alimentos de qualidade adaptada à cultura alimentar da população e do povo do semiárido passa necessariamente por resgatar e valorizar a semente crioula², como sinal de produção de alimentos, de soberania alimentar (...) precisamos entender que é um movimento que não pode vir só do Estado e nem das leis. Precisamos da participação ativa da sociedade organizada, dos movimentos sociais, das comunidades, para fortalecer a autonomia.

Esse relato apresenta diversos elementos para uma análise sobre o Programa Estadual de Sementes Crioulas, especialmente no que se refere à segurança alimentar e garantia de produção com participação da sociedade, mas também reflete a luta dos agricultores familiares para garantir as suas tradições culturais, num esforço sistemático de enaltecer os saberes tradicionais, garantindo a produção saudável de alimentos e legitimando a agroecologia. Esse processo tem sido acompanhado e articulado por diversos movimentos sociais que atuam no campo e que passam a construir coletivamente propostas de inovações nas políticas públicas, especialmente em governos progressistas. No caso do Rio Grande do Norte, a configuração política local, sob a égide do Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2019, tem tido uma importância significativa na construção de “oportunidades políticas para a estruturação e atuação das organizações comunitárias” (SILVA, 2021, p.01, no prelo). Conforme destaca Marcírio Lemos, coordenador estadual da Articulação do Semiárido (ASA) do RN, “o programa de sementes crioulas é uma resposta dos movimentos sociais, que há muitos anos têm reivindicado a distribuição³”.

¹ Os autores tiveram acesso a gravação dessa reunião a partir do mandato da deputada Isolda Dantas, que gentilmente nos disponibilizou.

² De acordo com Gilberto Schneider, da Via Campesina, “as sementes crioulas são todas as possibilidades que você tem de multiplicação de qualquer vegetal seja através de grãos, de uma rama, folha, flor, fruto, da própria raiz, do caule. As sementes crioulas são todas as formas possíveis de multiplicação dos vegetais” (BRASIL DE FATO, 2020).

³ Disponível em <https://www.agenciane9.com.br/programa-estadual-de-sementes-crioulas-garante-a-producao-de-alimentos-saudaveis-no-rn/>. Acesso em 15 abr 2021.

O Programa Estadual de Sementes Crioulas é uma ação estratégica da Sedraf/RN em parceria com a EMATER-RN para o fortalecimento da agricultura familiar e da convivência sustentável com o semiárido, através do estímulo à utilização de sementes localmente adaptadas à realidade ambiental e social da agricultura familiar potiguar (SEDRAF, 2020) e tem por objetivo garantir a preservação da biodiversidade das sementes crioulas no semiárido, a partir da distribuição para famílias rurais, proporcionando a autonomia dos agricultores, a produção de alimentos saudáveis, a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como a inclusão e geração de renda.

O Programa tem se tornado uma política de referência no estado. Trata-se de uma proposta construída pela Sedraf e que busca dialogar com os movimentos sociais e demais entidades representativas da agricultura familiar nos dez territórios do estado. Como vem se dando essa articulação? Quais são de fato os impactos dos movimentos sobre a política pública, principalmente olhando para as fases de elaboração e implementação?

Diante disso, este artigo busca contribuir com a discussão sobre os efeitos dos movimentos sociais para as políticas públicas, tendo como objeto de análise as relações entre movimentos sociais e Estado no processo de elaboração e implementação do Programa Estadual de Sementes Crioulas no Rio Grande do Norte. Buscamos, a partir do modelo de análise proposto por Abers, Silva e Tatagiba (2018, p.18) compreender “a agência dos movimentos sociais nas políticas públicas a partir de sua atuação na construção, proposição e defesa de modelos alternativos de políticas públicas”. Para tanto, são mobilizados os conceitos de regimes políticos e subsistemas de políticas públicas. Seguindo o pensamento de Tilly (2006), os regimes políticos podem ser entendidos como os momentos de interações fortes e articuladas entre os principais atores políticos, incluindo governos, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, mídia, igrejas e demais organizações da sociedade civil, ou seja, “a configuração das relações entre os atores politicamente relevantes, a qual condiciona o acesso às discussões e decisões governamentais” (ABERS, SILVA, TATAGIBA, 2018, p.17). Como subsistemas de políticas públicas podemos compreender como o lócus onde diferentes coalizões atuam para defender seus interesses e impor sua visão de mundo (Sabatier, 1988), para “cada setor de política pública [e] que conferem aos movimentos sociais diferentes condições de acesso a esses setores e influência sobre eles” (ABERS, SILVA, TATAGIBA, 2018, p.17).

Mobilizando estes argumentos para abordar a participação dos movimentos sociais na elaboração e implementação do Programa Estadual de Sementes Crioulas, sustentamos que a agência dos movimentos sociais é determinada pelas suas atuações históricas no estado e, em grande medida, pela conformação e atuação da coalizão governante à frente do poder executivo.

Para compreender esse processo utilizamos: i) análise de algumas bibliografias secundárias sobre o programa de sementes do semiárido, de iniciativa da ASA; ii) trabalhos realizados pelos autores sobre o Programa Estadual de Compras da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES⁴) e sobre a relação entre movimentos sociais e a Sedraf, desde 2019; iii) documentos normativos sobre o Programa; iv) uma entrevista com o coordenador estadual de Agroecologia e Convivência com o Semiárido, Alessandro Nunes, que iniciou sua militância no começo dos anos 80 e participou ativamente das lutas em prol da agroecologia e da convivência com o Semiárido; v) uma entrevista com Katherine, assessora técnica na Coordenação de Acesso a Mercados, Agroindústria e Cooperativismo da Sedraf; vi) uma entrevista com o atual secretário adjunto da Sedraf e militante do MST, Lucenilson Oliveira; vii) duas entrevistas com representantes dos movimentos sociais que atuam no campo no RN (ASA Potiguar e MST) e que participaram das reuniões de construção do Programa a convite da Sedraf, em 2019; viii) uma entrevista feita em dois momentos com uma liderança sindical de Apodi, região que se destaca como referência no desenvolvimento da política territorial e de organização do tecido social. As entrevistas foram realizadas via google meet e duraram em torno de 1h e 30 minutos; e ix) dados fornecidos pela Emater/RN e pela Sedraf sobre o número de agricultores familiares beneficiados com o Programa, valores repassados e orçamento destinado. Por fim, participamos de seminários coordenados pela Sedraf e Emater para apresentação sobre a implementação do Programa nos dez territórios do Rio Grande do Norte, realizados entre maio e junho de 2021.

Apresentamos o aporte teórico-metodológico na primeira parte, em seguida fizemos um breve histórico da entrada da discussão sobre sementes crioulas na agenda governamental para depois apresentarmos nosso caso de análise e, por fim, as considerações finais.

OS EFEITOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: OPORTUNIDADES E SUBSISTEMAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A literatura dos movimentos sociais tem cada vez mais buscado dialogar com o campo de análise das políticas públicas. Mais recentemente esse encontro tem se intensificado na tentativa de compreender como os movimentos sociais impactam os processos decisórios, especialmente na elaboração e implementação de políticas públicas.

⁴ O Pecafes foi criado através de uma proposição da deputada estadual Isolda Dantas (PT) e sancionado pela atual governadora Fátima Bezerra em 2019 e tem como objetivo garantir a aquisição direta e indireta de produtos agropecuários, extrativistas e resultantes da atividade pesqueira in natura e beneficiados, produzidos por agricultores e agricultoras, além de produtos da economia solidária.

As primeiras sistematizações mais consolidadas sobre essas aproximações entre Estado e movimentos sociais se deram a partir das análises realizadas sobre os espaços participativos criados em 1988, com a Constituição Federal, com ênfase nos anos 90 e 2000. Especialmente, os trabalhos buscaram analisar o potencial participativo desses espaços e como os movimentos dialogavam com representantes estatais nos conselhos gestores e orçamentos participativos. A partir de 2003, com a entrada do Partido dos Trabalhadores no Governo Federal, as lentes analíticas se voltaram a compreender a relação entre sociedade e Estado, não só nos espaços participativos, mas especialmente buscando compreender a atuação dos movimentos na formulação e implementação de políticas públicas. Assim como mostraram Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p.326), “movimentos sociais e atores estatais experimentaram criativamente (...) padrões históricos de interação Estado-sociedade e reinterpretaram rotinas de comunicação e negociação de formas inovadoras”. Neste sentido, compreender a participação dos movimentos sociais na produção de políticas públicas passou a ser uma perspectiva explorada pela literatura e que atualmente tem se desenvolvido sob a égide de sustentar a ideia da mútua constituição entre Estado e sociedade (GURZA LAVALLE *et al*, 2019).

No desenvolvimento dessas questões, Abers, Silva e Tatagiba (2018) propuseram um modelo analítico para refletir como os movimentos sociais impactam as políticas públicas. Os autores, a partir desse modelo, pretendem abordar a agência dos movimentos sociais a partir de sua atuação na construção, proposição e defesa de modelos alternativos de políticas públicas. Combinado a agência dos movimentos sociais, os autores também enfatizam o papel dos contextos políticos, que condicionariam a atuação dos movimentos sociais, mas que também são condicionados pelos próprios movimentos.

Os autores argumentam que os movimentos sociais não se relacionam a um “contexto político” objetivado e externo que condiciona sua formação e ação, [mas] estão inseridos em relações de interdependência com os diversos atores e instituições com quem interagem rotineiramente, constituindo o que denominamos de estruturas relacionais” (ABERS, SILVA, TATAGIBA, p.17, 2018). Neste sentido, o conceito de estruturas relacionais incorporado pelos autores, tem como fundamento central a discussão profícua da sociologia relacional, especialmente a partir dos textos de Emirbayer (1997), entendendo o mundo como um sistema aberto de relações, processos e práticas. Conforme destaca Tirelli (2014, p.26), citando Emirbayer (1997), “a agência não preexiste às relações, mas surge delas (...) trata-se de um processo dialógico que apresenta fatores internos e externos, pois não há como separar os atores do contexto no qual se encontram imersos e através do qual adquiriram a sua experiência e consciência do mundo”. Para tanto, Abers, Silva e Tatagiba (2018) compreendem esses processos a partir de dois conceitos

que estariam em diálogo constante com a abordagem relacional: os regimes políticos e os subsistemas de políticas públicas. Para os autores,

Os movimentos sociais operam simultaneamente em duas estruturas relacionais mais ou menos distintas na sua configuração: aquela formada pelos atores, interesses e arranjos institucionais estruturados em torno de determinada coalizão governante (*regime*); e aquela composta pelos atores, interesses e arranjos institucionais que caracterizam determinado setor de política pública (*subsistemas*) (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018, p. 23).

Os autores utilizam a ideia de regimes políticos, baseando-se na perspectiva proposta por Charles Tilly (2006) sobre as condições políticas que poderiam oportunizar e/ou constranger a possibilidade de atores sociais, sem descolar o contexto político do próprio papel dos movimentos sociais. Neste sentido, os autores sustentam que o regime político pode ser entendido como “uma estrutura relacional constituída pelos atores estatais e não estatais que têm acesso às discussões e decisões governamentais” (ABERS, SILVA e TATAGIBA, 2018, p.31). Assim, os regimes, de acordo como se configuram em contextos diversos, podem dar possibilidade de acesso maior ou menor as interferências dos movimentos sociais nas definições das políticas públicas, isso se deve ao fato de que “em cada momento existe uma coalizão governante que centraliza decisões do governo federal” (idem, p. 32). Para resumir, os autores definem que os regimes políticos seriam conformados por uma “estrutura das relações entre atores politicamente relevantes da sociedade e do Estado e destes com arranjos institucionais, regras e ideias instituídos pelos conflitos políticos e por políticas públicas do passado, e são liderados por coalizões governantes” (idem, p.33).

Com relação aos subsistemas, os autores se baseiam na literatura da análise de políticas públicas, especialmente nos trabalhos de Sabatier (1988) que construiu um modelo teórico que ao longo dos anos tem sido aprimorado e servindo de base para as reflexões sobre a produção de políticas públicas em áreas específicas. Segundo o autor, a estrutura conceitual concentra-se no sistema de crenças de "coalizões de defesa" dentro de subsistemas de políticas públicas. Entende-se subsistema de políticas públicas como o *locus* de interação de diferentes atores interessados em uma área da política. “Os subsistemas vão além de grupos de interesse, órgãos governamentais e comissões do Legislativo, incorporam também jornalistas, analistas de políticas públicas, cientistas, pesquisadores, personalidades, entre outros que desempenham papéis importantes na geração, disseminação e avaliação de ideias políticas” (p.138). Dentro de um subsistema “atores podem estar agregados em um número indefinido de coalizões de defesa compostas por pessoas de várias organizações que compartilham um conjunto de crenças normativas e causas e que frequentemente agem em conjunto” (SABATIER 1988, p.133). Cada uma dessas coalizões pode adotar uma ou mais estratégias buscando promover seus objetivos na área temática em que se

enfrentam. Em alguns casos, essas coalizões são mediadas por um terceiro grupo- os *policy brokers*- que tentam encontrar um meio termo entre as disputas, evitando o conflito mais intenso, ou seja, seriam agentes negociadores que buscam diminuir a tensão entre as coalizões. No caso do Brasil, poderíamos compreender que o Ministério Público cumpriria esse papel de mediador de conflitos.

AS SEMENTES CRIOULAS NA AGENDA GOVERNAMENTAL

Nossa pesquisa parte do reconhecimento de que a política de distribuição de sementes no Brasil sempre respondeu aos interesses do mercado do agronegócio, ou seja, de grandes corporações internacionais que sempre buscaram distribuir suas sementes variadas de alto rendimento, homogêneas, estáveis e dependentes de insumos externos. Neste modelo, “os agricultores [são] tratados como simples produtores agrícolas e consumidores de sementes e de outros insumos agrícolas industrialmente produzidos” (SANTILLI, 2012, p. 461) e, portanto, se tornam dependentes das grandes corporações. Neste sentido, as comunidades rurais não conseguem ter autonomia produtiva e reproduzir conhecimentos tradicionais.

Entretanto, os agricultores familiares nunca deixaram de produzir as suas próprias sementes buscando resgatar e conservar a agrobiodiversidade, impulsionados por redes de movimentos sociais que estavam a época preocupados com a proliferação de sementes geneticamente modificadas. Lima e Santos (2018, p. 193) destacam esse processo:

Preocupados com a possibilidade de expansão dessas sementes para as pequenas propriedades de base familiar, alguns movimentos sociais e associações comunitárias, sob a organização da Articulação do Semiárido (ASA), têm tentado evitar a destruição das chamadas sementes crioulas. Também conhecidas como sementes da resistência, são símbolos de identidade com a terra e materializam a agrobiodiversidade. Elas representam a resistência da cultura camponesa às determinações do mundializado mercado biogenético e asseguram a autonomia de cultivo, bem como, a segurança alimentar das comunidades camponesas.

Flavia Londres (2014) mostra que a sistematização desse processo começou a ser feito ainda na década de 70, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), principalmente na região Nordeste com a organização dos Bancos de Sementes Comunitários (BSCs). Segundo destaca Rozendo (2021), no Território do Apodi (RN), as CEBs passaram a estimular mobilizações dos agricultores para reivindicar o acesso a água como demanda principal, mas que a ela iam se somando outras temáticas como, por exemplo, o acesso a sementes, a assistência técnica, entre outras. A partir da abertura de um poço que beneficiou 100 famílias no Território, as demandas pelas outras questões se intensificaram e com a formação das associações foi possível criar os

primeiros bancos de sementes, que seriam “um espaço coletivo onde os agricultores e agricultoras mantinham estoques de sementes nativas (...) trocas de sementes entre eles e outras comunidades, num processo contínuo de experimentações” (ROZENDO, 2021, p.03). Essa questão é destacada pelo representante da ASA:

Isso surgiu nos territórios desde a época das Comunidades Eclesiais de Base, né? Os padres que saíam escondidos com a semente pra levar pra feira porque os agricultores não podiam comercializar as sementes. Então surgiu a partir daí, em toda região do semiárido ela surgiu assim e, de lá pra cá, então o território, o sindicato de Apodi é uma referência, junto com a Comissão Pastoral da Terra nessa discussão de sementes crioulas, né? (representante da ASA, entrevista concedida aos autores em 24 de fev., 2021).

Um outro entrevistado, representante sindical de Apodi/RN, também relembra sua infância em que o pai guardava sementes e havia uma questão simbólica envolvida nas trocas entre os guardiões:

meu pai guardava em cima da meia parede um botijão com 6 kg de sementes e aquela semente era sagrada, mesmo passando fome, ninguém tocava porque era a garantia que íamos passar pelo processo de escassez com a quantidade de sementes que estavam resguardada, é muito forte né? E a soberania das pessoas, é uma semente resistente, à interferências climáticas da nossa região, à pragas, tudo isso a semente ela carrega num traço muito importante, tudo isso provoca organização, os agricultores que trocam sementes um com o outro, a autonomia das pessoas, esse intercâmbio, a história da semente carrega várias relações sociais (entrevista concedida aos autores em 24 de fev., 2021).

Nota-se a importância dada às sementes naquele momento, uma história de tradição cultural ligada à própria história do campesinato e que se resgata a partir do associativismo rural, que vai sendo proliferado nas diversas regiões do país nos anos 80.

Londres (2014) destaca que, nos anos 80, ONGs e Sindicatos rurais, impulsionados pela ASA, passaram a articular as experiências locais. Em entrevista concedida aos autores, o representante do sindicato rural de Apodi/RN também relembra esse fato:

A história com as sementes crioulas é uma coisa que não é recente pra nós. Ela remonta a luta sindical, o sindicato de luta de verdade, aquele sindicato que não é pelego, (...) os agricultores já faziam isso e já guardavam as sementes como algo sagrado e muito valoroso. E aí a ASA vem nessa articulação toda de sindicatos. De repente nós estamos descobrindo isso na ASA né? Que traz as federações de agricultura, que traz o movimento dos trabalhadores sem terra, o movimento sindical, as cooperativas que atuam no meio rural, o centro feminista 8 de março que organiza as mulheres, a marcha mundial de mulheres, a central única dos trabalhadores e de repente estamos discutindo sementes com todo esse povo. (entrevista concedida aos autores em 24 de fev., 2021).

Neste sentido, percebemos que a partir da organização sindical no campo e da articulação da ASA neste processo combinada a entrada de outros atores também no diálogo sobre as questões

referentes à reprodução da agricultura camponesa, começaram a mobilizar agricultores e entidades e debater a importância das sementes crioulas para o desenvolvimento rural do país. Começou-se então um processo de sistematização de experiências dos "guardiões das sementes" em todo o território nacional. Essas experiências foram a base para a construção de políticas públicas que buscassem fomentar a aquisição e distribuição de sementes crioulas em âmbito federal. Conforme destaca Londres (2014), a experiência da Rede de Sementes da ASA-PB foi fundamental para que outras ações fossem desenvolvidas no âmbito de programa nacionais, como o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme detalhado pela autora:

À luz das dinâmicas de funcionamento e dos princípios que regem a experiência da Rede de Sementes da ASA-PB envolvendo resgate, conservação, multiplicação e uso de sementes crioulas, foram descritas e analisadas as ações desenvolvidas no âmbito do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), operacionalizado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento); do Programa de Sementes para a Agricultura Familiar, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) entre 2006 e 2010 e do Plano Brasil Sem Miséria, executado pelo MDA e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desde 2011 (LONDRES, 2014, p. 07).

Apesar da importância dada às sementes crioulas nos governos petistas (2003-2006), com a promulgação da nova Lei brasileira de Sementes e Mudanças em 2003 (Lei 10.711/03), que possibilitou a distribuição de sementes produzidas por entidades associativas de agricultores familiares aos associados, sem inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças (RENASEM), os interesses hegemônicos continuaram prevalecendo. Ou seja, os “dispositivos legais aprovados constituem apenas exceções em um sistema de controle sobre o setor de sementes inteiramente voltado ao favorecimento do agronegócio e das grandes empresas sementeira” (LONDRES, 2014, p.13).

Entretanto, vale ressaltar que a sociedade civil se mobilizou para que fosse reconhecido pelo poder público a produção e comércio das sementes crioulas.

o processo de elaboração nova lei pelo Poder Legislativo brasileiro sofreu a influência das organizações da sociedade civil, que se mobilizaram para tentar garantir a criação de dispositivos que reconhecessem a existência e o valor das sementes crioulas e da biodiversidade que elas encerram, permitindo sua produção, comércio e uso (LONDRES, 2014, p. 15).

Portanto, essa temática vai se tornando presente nos debates sobre políticas públicas, especialmente em governos progressistas, conforme visualizamos para o caso do Rio Grande do Norte nos últimos dois anos.

O ESTADO JUNTO DOS MOVIMENTOS NO RN E OS PROCESSOS RELACIONAIS

A criação da SEDRAF, em 2019, substituindo a antiga Secretaria Estadual de Reforma Agrária (SEARA), sinalizou a importância dada pela Governadora Fátima Bezerra à agricultura familiar. Desde o processo de movimentação no campo político com a possibilidade da vitória no processo eleitoral em 2018, os movimentos sociais do campo já começaram a se articular para reivindicar essa centralidade na burocracia estatal. Conforme destacam os Moura, Silva Jr. e Knox (2020), percebendo a oportunidade que surgiu no contexto político local do Rio Grande do Norte, durante a eleição de 2018, diversos movimentos que atuam no campo encabeçaram um apoio massivo à candidatura de Fátima, uma vez que “ela abraçava as pautas da agricultura familiar” (idem, p. 09). Em entrevista, Katherine, assessora de cooperativismo na Sedraf, mostra essa relação entre o governo e os movimentos sociais: “nós tivemos a bênção de ter o governo estadual ligado aos movimentos sociais e a demanda para uma secretaria da agricultura familiar já é antiga no estado, só que nenhum outro governo deu atenção especial” (entrevista concedida aos autores, 29 de jan de 2021).

Neste sentido, o peso dos atores envolvidos na discussão da agricultura familiar foi central para que a Seara se transformasse em Sedraf e, inclusive, sendo encabeçada por Alexandre Oliveira, atual Secretário, que tem relações muito próximas com a agricultura familiar no estado. O atual secretário destaca-se pela sua trajetória, tendo sido secretário executivo da Articulação do Semiárido Potiguar e membro do Colegiado Nacional da ASA Brasil. Além disso, participou da elaboração e coordenação de programas e projetos de desenvolvimento rural ligados à agricultura de base familiar e construção do conhecimento agroecológico no semiárido brasileiro. De acordo com a entrevista realizada com o representante da ASA Potiguar, o atual secretário participou ativamente da criação da entidade no estado:

houve uma disputa política muito forte no estado do Rio Grande do Norte e a gente criou a Articulação do Semiárido, a ASA. Um companheiro, inclusive que era da Terra Viva [uma ONG], foi um dos fundadores da ASA(...) que é Alexandre Oliveira, que hoje é secretário da Sedraf, e outro é um companheiro Fábio. Eles andaram o estado todinho criando as microrregionais da ASA, criando os fóruns da agricultura familiar, que a gente chamava ASA municipal, depois se tornou fórum da agricultura familiar (entrevista concedida aos autores em 24 fev de 2021).

Assim, percebemos a importância do papel de um gestor sensível às demandas da agricultura familiar que, mesmo em contextos excepcionais, como o caso atual da pandemia da COVID 19, vem tentando articular e mobilizar os territórios do RN a fim de possibilitar que as ações continuem sendo efetivadas nesses espaços. O coordenador de agroecologia da Sedraf

mostra a importância da trajetória do secretário para buscar pautar na gestão a importância de políticas que fortaleçam as comunidades rurais e o debate agroecológico:

Alexandre tem e consegue articular e, se não fosse a pandemia, eu acho que a gente teria um avanço significativo, mas o trabalho com a questão da agroecologia e convivência com o semiárido é um eixo relevante pela trajetória também do secretário. Como ele tem um trabalho já de militância e um trabalho acadêmico muito voltado para essa área, então ele tem muita compreensão dessa questão e reflete muito na equipe e nos momentos de coordenação com a gente. É importante a gente fazer aqui no RN um trabalho de transição agroecológica, que as comunidades entendam do ponto de vista político, do ponto de vista social e ambiental, como as políticas estão sendo pensadas. E aí, essas políticas sendo pensadas numa perspectiva de que elas sejam sustentáveis e elas tenham continuidade e que as comunidades tenham autonomia em todo o processo (entrevista concedida aos autores em 02 de mar de 2021).

Nota-se que há uma trajetória explícita do atual secretário com temas relacionados às pautas dos movimentos sociais no campo e também do secretário adjunto da Sedraf, Lucenilson Angelo de Oliveira, que foi indicado pelo MST, mostrando também a abertura dada pela gestão petista aos movimentos sociais.

Neste novo formato da Secretaria, há a tentativa de priorização de políticas que sejam construídas de maneira coletiva e em constante diálogo com representantes de partidos progressistas presentes na Casa Legislativa. Destaca-se a atuação da deputada estadual Isolda Dantas (PT), que tem elaborado propostas de Leis que buscam beneficiar a agricultura familiar. Conforme destacam Moura, Silva Junior e Knox (2020), com a trajetória ligada aos movimentos sociais do campo, a deputada Isolda propôs, logo no início de seu mandato e em constante diálogo com os movimentos sociais do RN, o Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Economia Solidária (PECAFES). Segundo os autores, a deputada articulou as secretarias de agricultura dos municípios, bem como a Sedraf para conseguir ter o apoio necessário para a aprovação do projeto de lei na Assembleia Legislativa. A entrevista com o secretário adjunto também reforça esse aspecto: “A deputada Isolda teve a iniciativa de encabeçar esse processo e inclusive com a parceria da recém-criada Sedraf [...] passamos a contribuir com esse processo no sentido de formulação da lei” (entrevista concedida aos autores em 05 de fev de 2020). Atualmente o Pecafes tem se tornado uma política de referência no estado.

Destacamos que a combinação entre grupos e movimentos ligados a agricultura familiar, da atuação de pesquisadores (como o caso do próprio atual secretário da Sedraf que vem da Universidade pública), alguns representantes eleitos de partidos progressistas no âmbito do Legislativo, entre outras organizações da sociedade civil, conformam o que a literatura denomina como uma coalizão de defesa (SABATIER, 1988) preocupada em discutir sistemas

agroalimentares sustentáveis no estado. Essa coalizão vem pautando diversas políticas e projetos de lei a fim de proporcionar melhoria na qualidade de vida dos pequenos produtores do RN.

Segundo o documento da Sedraf (2021) sobre o Programa, no RN os processos organizativos e de mobilização das sementes crioulas têm a contribuição da ASA Potiguar, através do desenvolvimento de uma diversidade de tecnologias sociais que contribuem diretamente para o fortalecimento da agricultura familiar. Ainda de acordo com esse documento, são realizados encontros territoriais e encontros estaduais de sementes anualmente para trocas de saberes e de sementes e para debates acerca de estratégias para que as sementes continuem sendo cultivadas e armazenadas, sobretudo em razão da realidade de contaminação por meio da transgenia.

A principal inspiração foram as ações com sementes já desenvolvidas pela Articulação do Semiárido (ASA). Hoje são 74 casas de sementes no estado, que foi por onde começamos (Alexandre Lima, em entrevista para a ASP-TA, 2020).

A busca pela viabilidade da criação do Programa teve início com a articulação político institucional entre a Sedraf, a Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (COOAFARN) e organizações vinculadas à ASA, com o objetivo de concorrer ao edital nacional do Programa de Aquisição de Sementes - PAA Sementes, através do qual foram acessados os recursos financeiros necessários para a implantação do projeto piloto. Dessa forma, o programa contou com a relevante parceria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) através do PAA Sementes⁵, por meio do qual foram aportados quatrocentos e noventa e dois mil reais (R\$ 492.000,00) na aquisição de sementes crioulas.

Portanto, no que se refere ao processo de elaboração da política de sementes crioulas do estado, nota-se que tem uma articulação anterior no RN, assim como observado para o caso do país de maneira geral.

o sindicato que defende o campesinato, o sindicato dos trabalhadores de Apodi, é um sindicato que tem essa identidade e nós vamos encontrar outros sindicatos e o estado acredita muito nessa história das sementes, as sementes como uma ferramenta de autonomia dos povos rurais, a questão cultural, a questão da identidade e cada lugar tem suas sementes, sua história (...) (representante do sindicato de Apodi/RN, entrevista concedida aos autores em 22 de abr. 2021).

⁵ O PAA Sementes é uma modalidade dentro do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nesta modalidade, o governo compra sementes de fornecedores e doa a famílias inscritas no Cadastro Único, que englobam mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. A Conab é responsável pela aquisição, que pode ocorrer diretamente junto às organizações de produtores (para compras de até R\$ 500 mil) ou por meio de chamada pública (acima de R\$ 500 mil). Cada organização pode fornecer até R\$ 6 milhões por ano em sementes, e o limite por agricultor é de R\$ 16 mil. As sementes adquiridas pelo PAA devem cumprir as normas vigentes de certificação, além de apresentar testes de transgenia, pureza, germinação e vigor. É proibida a compra de sementes geneticamente modificadas (GOVERNO DO BRASIL, 2021).

A criação do Programa estadual de sementes crioulas, no RN, nasce dessa relação entre agência dos movimentos sociais articulados com demais representantes da coalizão de defesa que luta pela agricultura familiar no estado, condicionado pelo contexto político proeminente a partir de 2019, mas também condicionando-o. Em entrevista para a ASP-TA, o atual secretário da Sedraf, Alexandre Lima, sinaliza a importância dada a agrobiodiversidade desde a construção de propostas para o governo de Fátima Bezerra:

A construção de um programa de sementes crioulas era proposta que já fazia parte do programa de governo da Fátima Bezerra. Entendemos que o tema da agrobiodiversidade é parte central de uma estratégia para o desenvolvimento rural (ASPTA, 2020).

O Programa de Sementes Crioulas do RN tem como objetivo principal garantir a preservação da biodiversidade das sementes crioulas no semiárido, a partir da distribuição para famílias rurais, proporcionando a autonomia das agricultoras e agricultores, a produção de alimentos saudáveis, a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como a inclusão e geração de renda (SEDRAF, 2020).

A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA E O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Programa Estadual de Sementes Crioulas iniciou sua ação no ano de 2019, sendo estruturado a partir de uma fase piloto que teve como área de atuação os territórios do Alto Oeste, Sertão do Apodi, Açú-Mossoró e Mato Grande abrangendo vinte e sete (27) municípios e setenta e quatro (74) comunidades, onde foram implantadas as casas de sementes comunitárias organizadas pela ação da ASA Potiguar.

A articulação entre a sociedade civil e o governo do estado foi ampliada na execução do projeto com a participação dos/as agricultores/as e suas organizações, e entidades de assessoria, como o caso do Centro Feminista Oito de Marco (CF8), na definição das espécies e variedades que entrariam no programa e na mobilização das comunidades para multiplicar as sementes a serem disponibilizadas para venda ao governo. Segundo uma representante do CF8, além da participação da sociedade civil na elaboração e implementação da política é fundamental que as mulheres tenham visibilidade:

O principal aprendizado foi a construção coletiva entre sociedade civil e poder público. Isso precisa ser reconhecido e valorizado, especialmente quando lutamos tanto para a construção conjunta das políticas públicas. Tivemos várias organizações envolvidas, a Coofarn, instituição compradora, é uma cooperativa central que comprava de outras cooperativas menores. Isso demonstra a fortaleza da política. É muito importante também que as políticas garantam participação mínima das mulheres, porque seu trabalho nos roçados ainda é muito invisibilizado (ASP-TA, 2020).

Para garantir o alcance da meta foi dado início a um processo de mapeamento dos estoques junto aos guardiões de sementes, conforme relata Ivi Dantas, representante do CF8:

Junto com o GT Biodiversidade da ASA, as organizações da sociedade, o poder público e as comunidades, começamos a identificar onde havia volume de sementes, porque sabíamos que havia sementes domésticas, mas não sabíamos os volumes (ASP-TA, 2020).

O representante do MST também destacou que a participação dos movimentos sociais foi fundamental para esse mapeamento. A ideia era que em cada um dos dez territórios fossem eleitas dez experiências de produção agroecológica para que os técnicos da Sedraf e Emater fizessem visitas tentando conhecer essas realidades e buscando conhecer dentre essas experiências quem poderia participar do Programa. Essa abertura à participação foi estruturada pela coalizão governante (regime político) e possibilitou que os movimentos tivessem papel ativo na implementação da política, conforme relata o entrevistado do MST:

Mas a gente participou da discussão lá no finalzinho de 2019, lá em São José do Mipibu, na escola de treinamento da EMATER. E lá, era o primeiro contato nosso, pra gente entender essa questão da articulação, né? Ver quem dos territórios participaria, os movimentos sociais, os escritórios da EMATER, os sindicatos... E a gente levou pessoas que tinham tradição [de estocar sementes crioulas], porque a gente tem muito isso, né? (entrevista concedida aos autores em 28 de abr, 2021).

Destacamos que houve uma interlocução com parceiros, especialmente com atores que vivenciam as realidades dos territórios, que foi, e ainda é, fundamental para a implementação do programa.

A partir dos diversos momentos de mapeamento, foi revelada uma grande diversidade de variedades e volume expressivo de sementes, mostrando que quarenta e cinco por cento (45%) da meta do programa já estavam em estoque. Para promover a produção do restante da meta (55%) do volume de sementes que não se encontrava em estoque pelos agricultores, as organizações da sociedade civil se articularam em rede e implantaram vinte e três (23) campos de multiplicação de sementes, envolvendo quarenta e uma (41) famílias de agricultores familiares em treze (13) municípios do Estado.

Essa organização da sociedade civil para vencer o desafio de multiplicação das sementes pela articulação com o governo e Universidades, foi relatada pela representante do CF8 em entrevista à ASPTA:

Não foi fácil, mas as pessoas aceitaram bem a proposta, pois já havia um processo de resgate das sementes a partir dos trabalhos da ASA. Os preços pagos pelas sementes eram justos e isso animou os agricultores e também as pessoas que iriam receber as sementes. A Universidade [Universidade Federal do Semiárido] apoiou os processos de formação. Depois veio o desafio de montar os campos de multiplicação, pois precisávamos aumentar o volume de

sementes e as áreas de plantio precisavam ser irrigadas porque o inverno já tinha passado (ASP-TA, 2020).

O projeto estabeleceu como meta a compra de cinquenta e uma (51) toneladas de sementes crioulas de cinco (05) espécies de culturas - milho, feijão, sorgo forrageiro, arroz vermelho e castanha de caju - e onze (11) variedades, produzidas pela agricultura familiar. Segundo o Secretário Alexandre Lima, alcançar essa meta de aquisição de sementes se constituiu em um grande desafio só contornado com a participação expressiva da sociedade civil e a parceria com as Universidades (ASP-TA, 2020).

A Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) entraram na parceria e apoiaram atividades de formação sobre qualidade de sementes. A UFERSA realizou os testes de pureza, germinação e vigor das sementes e a UERN fez os testes de transgenia no milho.

Ao final, o Programa adquiriu trinta e sete mil cento e setenta (37.170) quilos de sementes crioulas, representando setenta e três por cento (73%) da meta prevista. A contaminação de sementes de milho por transgênicos, verificada por meio de avaliação de transgenia, acarretou as maiores perdas de sementes, representando o principal obstáculo para o alcance da meta, como podemos ver na tabela a seguir os resultados da distribuição.

Tabela 1 – Quantidade prevista e realizada de aquisição de sementes na safra 2019-2020

Espécies de sementes	Compra prevista (Kg)	Compra realizada (Kg)			
		1ª Etapa	2ª Etapa	Total	(%)
Feijão	17.000	9.000	7.120	16.120	95
Milho	15.000	1.280	-	1.280	9
Arroz	10.000	9.920	-	9.920	99
Sorgo	5.000	2.570	3.280	5.850	117
Castanha	4.000	4.000	-	4.000	100
TOTAL	51.000	26.770	10.400	37.170	73

Fonte: SEDRAF, 2020

Com a aquisição de sementes, o Programa Estadual de Sementes Crioulas, possibilitou, na safra 2019-2020, a distribuição de sementes para duas mil, oitocentas e trinta e nove (2.839) famílias rurais, localizadas em trinta e seis (36) municípios do Estado. Com isso, as famílias puderam plantar as sementes crioulas, garantindo a preservação do patrimônio genético destas espécies e a ampliação do potencial de reprodução e aumento do volume de semente crioula

existente e em posse dos/as agricultores familiares no estado do RN. A distribuição de sementes crioulas possibilita o resgate do patrimônio genético pelos agricultores familiares resultando no fortalecimento de sua autonomia frente à dependência das sementes industrializadas, permitindo a produção de sementes adaptadas ao semiárido e a preservação da agrobiodiversidade e da cultura alimentar da população local.

Em 2020, a SEDRAF/RN ampliou a ação com sementes em relação ao projeto piloto da safra 2019-2020 por meio do lançamento do edital 02/2020. Esse edital prevê o aporte ao programa no valor de novecentos mil reais (R\$ 900.000,00) com recursos próprios do estado, para a compra direta de noventa (90) toneladas de sementes crioulas nos dez (10) territórios organizados, visando atender seis mil (6.000,00) famílias de agricultores/as familiares com a distribuição de sementes.

Com relação à previsão da quantidade de espécies e variedades a serem adquiridas pelo Programa, observamos que houve uma significativa ampliação das variedades de espécies passando de onze (11) variedades de cinco (5) espécies no projeto piloto para vinte e oito (28) variedades de seis (6) espécies para a safra 2020-2021, conforme detalhamento na tabela abaixo.

Tabela 2 - Comparativo da quantidade de espécies e variedades previstas para aquisição pelo programa de sementes para 2019/2020 e 2020/2021.

ESPÉCIE	VARIEDADE (QUANT.)	
	2019-2020	2020-2021
Milho	03	07
Feijão	05	11
Sorgo	01	01
Arroz	01	01
Fava	-	06
Gergelim	-	02
Castanha de Caju	01	-
TOTAL	11	28

Fonte: SEDRAF, 2020.

Essa evolução quantitativa do Programa apresentado na tabela acima demonstra o quanto se avançou a partir do mapeamento de sementes crioulas realizado pela sociedade civil por ocasião do projeto piloto e revela o grande potencial que existe para ampliação da diversidade de variedades de espécies crioulas a serem multiplicadas no semiárido, a partir do incentivo de políticas públicas do tipo do programa estadual de sementes crioulas.

Entretanto, em vários relatos foi possível compreender também que, mesmo sendo uma política traçada com base no apoio popular, existiram ainda problemas que dificultaram o acesso de muitos agricultores, como por exemplo, os problemas relacionados ao edital, especialmente no que se refere a questões técnicas e burocráticas, conforme destaca o entrevistado do MST:

porque pra gente do campo fica difícil entender, aí vai da tecnologia à entender o que é um edital, né? Vai desde eu usar uma ferramenta aqui do computador, do telefone (...) Não sei qual foi o problema do companheiro não ter conseguido acessar, mas, eu acredito que é: tu tem que fazer todo um projeto, né? (entrevista concedida aos autores em 28 de abr, 2021).

Uma outra questão que também aparece como um problema envolve a questão da transgenia porque muitos agricultores acreditam que têm sementes crioulas, entretanto, quando passam pelo teste de transgenia da Sedraf, há o acusamento de serem sementes transgênicas. O representante do MST também explica esse fato:

uma das dificuldades que eu escutei foi pessoal falando assim: eu planto o milho pontinha aqui na região do Mato Grande. Só que na região do Mato Grande o pessoal trabalha muito com cana-de-açúcar e eu posso ter aqui meu milho pontinha e do lado do meu lote uma plantação de cana. E vai chegar uma época do ano que eles [plantadores de cana] vão tacar veneno. E na hora que eu vou para análise, meu milho já deixou de ser orgânico, né? Já deixou de ser crioulo, né? (entrevista concedida aos autores em 28 de abr, 2021).

Essas questões têm sido ainda um desafio para a Sedraf. Recentemente o secretário da Sedraf e o coordenador de Agroecologia convidaram pesquisadores das Universidades públicas que atuam no RN para ajudarem a pensar uma proposta para tentar mapear esses produtores de milho que estão ligados a uma das 74 casas de sementes⁶ crioulas mapeadas pela ASA em quatro territórios do estado para qualificar e fazer a testagem dessa produção. O coordenador de agroecologia da Sedraf, em reunião no dia 07 de julho com os pesquisadores (incluindo os autores deste texto), afirma que foram comprados kits de avaliação da transgenia e que deverão ser usados a partir desse mapeamento. Segundo ele, “precisamos construir uma metodologia para dar conta desse desafio de avaliar a transgenia e proteger a sociobiodiversidade do RN”. No momento de escrita deste texto, esse processo ainda estava em andamento, mas vale a pena destacar que atualmente cada um dos dez territórios tem suas comissões que dialogam constantemente com a Sedraf para demandarem e também para contribuírem com a implementação da política. Mesmo que muitas reuniões tenham tido algum esvaziamento, Cícera, diretora da Federação dos

⁶ Existem outras casas de sementes crioulas, mas que não foram mapeadas nesse primeiro levantamento feito pela ASA. A Sedraf vem tentando levantar essas informações junto aos agricultores de todos os dez territórios do estado. importante notar que as casas asseguram a preservação do patrimônio genético em casos de perdas provocadas pela seca, por exemplo.

Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETRAF), argumenta sobre a importância desse passo em direção às realidades locais, ou seja, a necessidade da Secretaria conhecer, a partir dos seus atores, as realidades de cada município e dialogar com as pessoas que estão na base para que a política realmente consiga dar resultados:

A gente quer que os municípios trabalhem as casas de sementes crioulas, para que essa política seja contínua, por isso os parceiros são importantes. Temos que começar a focar nas problemáticas para pensar nos resultados. Todas as agendas construídas junto às comissões foram feitas. Os diálogos com as comissões [e a Sedraf] tem que estar muito bem amarrado (Cícera, Fetraf, em reunião no dia 05 de julho de 2021).

Nesse sentido, a expectativa desse processo de articulação é que ele propicie a continuidade de um diálogo permanente entre o governo e a sociedade civil no intuito de identificar as dificuldades e planejar a atuação conjunta para a solução de possíveis entraves que possam vir a comprometer o alcance da meta de aquisição de sementes prevista pelo Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como principal objetivo analisar o papel que os movimentos sociais tiveram na construção e implementação do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte. A partir da abordagem desenvolvida por Abers, Silva e Tatagiba (2018), especialmente utilizando os conceitos de regimes políticos e subsistemas de políticas públicas, buscamos compreender as articulações entre sociedade civil e Estado explorando o potencial desse processo para configurar políticas públicas alternativas. Destacamos que as estruturas relacionais consubstanciadas nos regimes políticos e nos subsistemas fornecem um arsenal analítico importante para compreender a elaboração do programa de sementes crioulas do RN, especialmente porque nos permitiu entender que determinadas coalizões políticas interferem substancialmente na produção de políticas públicas. No nosso caso em específico, a gestão atual (2019-2022) conformada por representantes de partidos progressistas têm potencializado o diálogo com os movimentos sociais. Especificamente para o caso dessa política, a mudança na nomenclatura da secretaria, passando de Secretaria de Reforma Agrária para Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar tem um significado simbólico importante para a luta dos agricultores familiares no estado, que sempre demandaram uma secretaria que focasse nesse segmento.

Esses atores têm se mobilizado em torno de uma agricultura alternativa para o estado, pautado também numa luta nacional e internacional sobre sistemas agroalimentares sustentáveis. Apesar dessa luta não ser nova, conforme apontamos no texto, ela tem sido reestabelecida no

contexto atual mediante o avanço do agronegócio e de retrocessos de políticas voltadas para a agricultura familiar. Assim, o Programa Estadual de Sementes Crioulas do RN surge com o objetivo de resgatar a importância da biodiversidade, estimular a produção de alimentos saudáveis, combater a pobreza e promover a segurança alimentar e nutricional. Destacamos, também, que essa política vem de um acúmulo de experiências exitosas da ASA.

O trabalho desenvolvido pela ASA em torno da preservação das sementes crioulas impulsionou a criação do programa estadual de sementes crioulas pelo governo do estado do Rio Grande do Norte, a partir da organização e capacitação de agricultores/as para a implantação ou reestruturação de 74 casas de sementes.

A forma como o Programa foi estruturado em articulação com a sociedade civil demonstra um processo cíclico em que os agricultores precisam se organizar para reivindicar e propor políticas públicas a partir de suas práticas ao mesmo tempo em que as políticas fortalecem as práticas tradicionais, baseado numa interdependência que leva a autonomia dos agricultores familiares. Com o Programa os agricultores familiares potiguares tiveram a oportunidade de ter as suas sementes crioulas reconhecidas como sementes, a partir de uma política pública.

A participação da sociedade civil tem sido fundamental para a elaboração, mas também para a implementação da política no estado. As entrevistas realizadas com representantes dos movimentos sociais que atuam no estado têm mostrado que desde o início da gestão da governadora Fátima Bezerra, há uma tentativa de aproximação entre o Estado e a sociedade. As falas expressam a articulação participativa para a implementação do programa. Nas participações nas reuniões nos dez territórios do RN foram criadas comissões de apoio em cada território para organizar o levantamento de agricultores que possam fornecer para o programa. Infelizmente, essas ações ainda têm sido tímidas e a Sedraf ainda está tendo dificuldade de avançar na implementação da política, recorrendo a ajuda das Universidades públicas presentes no estado.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca N; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado- Sociedade em um Estado Heterogêneo: A experiência na era Lula. *Revista Dados*, 57 (2), p. 325- 357, 2014.

ABERS, Rebecca N.; SILVA, Marcelo K.; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e políticas públicas. *Lua Nova*, 105, p. 15-46, 2018.

ALMEIDA, p. CORDEIRO, A. (2002). Semente da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro: ASPTA. 72 p.

ASP-TA. Estamos plantando as sementes das sementes crioulas. 13 jul 2020. Disponível em: <http://aspta.org.br/2020/07/13/estamos-plantando-as-sementes-das-sementes-crioulas/>. Acesso em 20 jul 2021.

BRASIL DE FATO. Saiba o que é semente crioula e entenda a sua importância. Belém, PA, 24 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/24/saiba-o-que-e-semente-crioula-e-entenda-a-sua-importancia>. Acesso em 22 de jun 2021.

EMIRBAYER, Mustafa. Manifesto for a Relational Sociology. *American Journal of Sociology*, v. 103, n. 2, p. 281–317, 1997. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/231209>. Acesso em 20 jul 2021.

GOVERNO DO BRASIL. Entenda como funciona o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2020/01/entenda-como-funciona-o-programa-de-aquisicao-de-alimentos>. Acesso em 20 de jul 2021.

GURZA LAVALLE, Adrian; DOWBOR, Monika; CARLOS, Euzeneia; SZWAKO, José E. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. EdUERJ, 2019.

LIMA, Lucas G.; SANTOS, Flavio dos. (2018). No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. *Revista NERA*, ano 21, n. 41, pp. 192-217.

LONDRES, Flavia. *Sementes Locais: experiências agroecológicas de conservação e uso - As Sementes da Paixão e as Políticas de Distribuição de Sementes na Paraíba*. Rio de Janeiro: ASPTA. 83 p., 2014.

MOURA, Joana T. V de; SILVA Jr, Marcos A. F.; KNOX, Winifred. O contínuo processo de negociação da realidade: as articulações entre movimentos rurais e Estado na construção do programa de compras governamentais do RN. *Anais do 12 Encontro da ABCP*, Brasília, 2020.

ROZENDO, Cimone. *Texto para discussão grupo Capes/Cofecub*, no prelo, 2021.

SABATIER, Paul A. An advocacy coalition on framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. *Policy Science*, n.21, pp. 129-168, 1988.

TILLY, Charles. *Regimes and Repertoires*. University of Chicago Press, 2006.

SEDRAF. *Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte*. No prelo, 2020.

SANTILLI, Juliana. A Lei de Sementes brasileira e os seus impactos sobre a agrobiodiversidade e os sistemas agrícolas locais e tradicionais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 2, p. 457-475, maio-ago, 2012.

SILVA, Marcelo K. Associativismo Comunitário em Porto Alegre: repertórios de ação e configurações políticas local. Capítulo de livro, No prelo, 2021.

TIRELLI, Carla. As contribuições da sociologia relacional para as análises das organizações sociais do campo da assistência: o caso da rede parceria social/RS. *REDES- Revista de Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul, v. 19, ed. especial, p. 25-43, 2014.



<http://aspta.org.br/2020/07/13/estamos-plantando-as-sementes-das-sementes-crioulas/>